cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112

Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2022.12.10 07:05:14 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VI • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo e segunda-feira, 10, 11 e 12 de dezembro de 2022 • Nº 1457 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Arnaldo Niskier

O Sucesso do Canal Futura

PÁGINA 4

NOVEMBRO

Inflação oficial fica abaixo das projeções

Puxado pela carestia dos combustíveis e dos alimentos, o índice oficial de inflação do Brasil teve alta de 0,41% em novembro, informou nesta sexta-feira o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). É o segundo avanço consecutivo do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O indicador, contudo, desacelerou ante outubro, quando havia subido 0,59%. A variação de 0,41% é a menor para meses de novembro desde 2018 (-0,21%). O novo resultado ficou abaixo das projeções do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam uma alta de 0,53%. O IPCA também desacelerou no acumulado de 12 meses. A alta passou para 5,90% até novembro. É a menor taxa desde fevereiro de 2021 (5,2%). O avanço era de 6,47% até outubro de 2022. Segundo Pedro Kislanov, gerente da pesquisa do IBGE, o ritmo menor em novembro pode ser associado em parte a promoções da Black Friday. PÁGINA 2

EDUCAÇÃO

Capes volta a pagar bolsas de pós-graduação

O pagamento de bolsas da pós-graduação já foi realizado pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Os repasses estavam congelados por conta de um contingenciamento no orçamento do MEC (Ministério da Educação), pasta a qual o órgão está vinculado. A informação foi divulgada pela ANPG (Associação Nacional de Pós-Graduandos) nesta sexta-feira e confirmada à reportagem pela Capes. Mesmo com os pagamentos finalizados, os bolsistas ainda não têm acesso ao valor. A expectativa é que correntistas do Banco do Brasil contarão com os valores nesta segunda-feira. Para aqueles com contas em outros bancos, a bolsa deve estar disponível até esta terça-feira. PÁGINA 3

TIROTEIO

Justiça manda reaplicar Enem a estudantes do Jacarezinho

Prejudicados por trocas de tiros em um dos dias do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), os candidatos moradores do Jacarezinho, na zona norte do Rio de Janeiro, terão direito à reaplicação da prova, segundo decisão liminar da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Também poderão refazer o teste aqueles que estavam inscritos em locais de prova em um raio de 5 quilômetros da comunidade. A decisão atendeu a uma ação civil pública apresentada pela Defensoria Pública da União (DPU) no último dia 2. A DPU afirma que recebeu informações de que diversos candidatos inscritos, que deveriam fazer o exame no Jacarezinho e região, não compareceram aos locais de prova por causa de tiroteios. PÁGINA 4

NOVO MINISTRO

Haddad reage a críticos: Fui 1º a obter 'grau de investimento'

FOTOARENA/FOLHAPRESS

Nomeado futuro ministro da Fazenda pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Fernando Haddad (**foto**) usou sua trajetória enquanto prefeito de São Paulo, de 2013 a 2016, para rebater as desconfianças do mercado financeiro. "Olha o 'investment grade' (espécie de nota de bom pagador dada por consultorias) da Prefeitura de São Paulo: fui o primeiro prefeito a conseguir grau de investimento no país. Se você não olhar para a trajetória da pessoa, vai cair em fake news. Para que mais fake news? A etapa da fake news já acabou", afirmou Haddad, em resposta sobre o que diria a quem teme um "ministro gastador", como é visto por uma ala de analistas do mercado. À frente da pasta econômica, Haddad diz que a retomada de acordos internacionais, a definição de um novo arcabouço fiscal (regras para evitar o aumento da dívida pública em relação ao PIB), em substituição ao teto de gastos, e a reforma tributária são prioridade para a nova administração. "O importante é a gente ter uma agenda para 2023 forte, recuperar os acordos internacionais que estão parados, sobretudo União Europeia, a questão do arcabouço fiscal e a questão da reforma tributária, como grandes movimentos nossos", disse. PÁGINA 2

REAGINDO AO GOLPISMO

FUTURA PRESS/FOLHAPRESS

Lula: Forças Armadas não foram feitas para fazer política

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (**foto**), disse nesta sexta-feira que as Forças Armadas não foram feitas para fazer política, e anunciou o seu futuro ministro, José Múcio Monteiro. Este, por sua vez, falou em apaziguamento, harmonia e troca de comando "mais tradicional possível". A declaração é em referência aos quatro anos de crise e politização das Forças Armadas sob o governo de Jair Bolsonaro (PL), que explorou seu histórico na caserna eleitoralmente e incluiu nos diversos níveis de sua gestão nomes egressos das forças. Lula afirmou que as Forças Armadas têm um papel importante e constitucional. "Elas têm que cuidar da soberania nacional, têm que defender o povo brasileiro de possíveis e eventuais inimigos externos e é para isso", disse. PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: 0,25% / 107.519,56 / 270,52 / Volume: R$ 20.056.613.747 / Negócios: 2.944.810

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
CSNMINERACAOON N2	4.070	+10.00	+0.370
SID NACIONALON	14.81	+5.18	+0.73
BRADESPAR PN N1	30.07	+4.88	+1.40
KLABIN S/A UNT N2	21.11	+3.58	+0.73
SUZANO S.A. ON NM	54.99	+3.56	+1.89

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
YDUQS PART ON NM	10.02	–5.83	–0.62
HAPVIDA ON NM	4.73	–5.02	–0.25
REDE D OR ON NM	26.410	–4.83	–1.340
SAO MARTINHOON NM	25.03	–4.68	–1.23
BANCO PAN PN N1	6.08	–3.95	–0.25

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	88.74	+3.33	+2.86
PETROBRAS PN N2	24.71	–0.28	–0.07
ELETROBRAS ON N1	42.67	–0.77	–0.33
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	24.33	–1.25	–0.31
BRADESCO PN EJ N1	14.30	–1.72	–0.25

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	33.476,46	-0,90
NASDAQ Composite	11.004,617	-0,70
Euro STOXX 50	3.939,22	+0,42
CAC 40	6.677,64	+0,46
FTSE 100	7.476,63	+0,06
DAX 30	14.370,72	+0,74

Salário mínimo	R$ 1.212,00	**IGP-M**	-0,56% (nov.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 3,7053	**IPCA 5**	0,51% (nov.)	Compra: 5,5838	Venda: 5,7638
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(07/12)	13,75%	0,36	até o dia 9/dez.	Compra: 5,2390	Venda: 5,2396
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(10/12)	0,71%	BM&F/grama	R$ 295,90	Compra: 5,2444	Venda: 5,2450
TR (prefixada)		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(set./22)	0,18%	Compra: 5,5304	Venda: 5,5310	Compra: 5,2660	Venda: 5,4460

MERCADOS

Dólar tem leve alta após Lula confirmar Haddad na Fazenda

CLAYTON CASTELANI E LUCAS BOMBANA/FOLHAPRESS

A valorização das ações de exportadores de matérias-primas metálicas sustentava a leve alta da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) colaborou para moderar o avanço do dólar nesta sexta-feira, dia em que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou os nomes de cinco ministros que irão compor o seu governo. Fernando Haddad foi confirmado para a Fazenda, como era amplamente esperado.

O dólar comercial à vista fechou em alta de 0,53%, cotado a R$ 5,245.

No mercado de ações, o Ibovespa (Índice Bovespa) avançava 0,42%, aos 107.706 pontos.

As ações ordinárias da Vale saltavam 3,91%. Esse segmento tem sido beneficiado pela expectativa de aumento das exportações para a China, uma vez que o país vem afrouxando restrições contra a Covid e adotando outras medidas para aquecer setores da sua economia.

BOVESPA

Apesar da ligeira alta na sessão desta sexta-feira, a Bovespa caminhava para uma queda de 3,8% no acumulado desta semana.

Na quinta-feira, o Ibovespa terminou a sessão com uma baixa de 1,67%, aos 107.249 pontos.

NOVO MINISTRO

Haddad reage a críticos: Fui 1º a obter 'grau de investimento'

NATHALIA GARCIA E DANIELLE BRANT/FOLHAPRESS

JOSÉ CRUZ/ABRASIL

Nomeado futuro ministro da Fazenda pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Fernando Haddad (**foto**) usou sua trajetória enquanto prefeito de São Paulo, de 2013 a 2016, para rebater as desconfianças do mercado financeiro.

"Olha o 'investment grade' (espécie de nota de bom pagador dada por consultorias) da Prefeitura de São Paulo: fui o primeiro prefeito a conseguir grau de investimento no país. Se você não olhar para a trajetória da pessoa, vai cair em fake news. Para que mais fake news? A etapa da fake news já acabou", afirmou Haddad, em resposta sobre o que diria a quem teme um "ministro gastador", como é visto por uma ala de analistas do mercado.

À frente da pasta econômica, Haddad diz que a retomada de acordos internacionais, a definição de um novo arcabouço fiscal (regras para evitar o aumento da dívida pública em relação ao PIB), em substituição ao teto de gastos, e a reforma tributária são prioridade para a nova administração.

"O importante é a gente ter uma agenda para 2023 forte, recuperar os acordos internacionais que estão parados, sobretudo União Europeia, a questão do arcabouço fiscal e a questão da reforma tributária, como grandes movimentos nossos", disse.

O futuro ministro da Fazenda se disse aberto a receber propostas para o novo arcabouço fiscal, dizendo que não é uma "regra de uma pessoa", mas da "sociedade brasileira". Hoje, com o teto de gastos, o limite de despesas é corrigido pela inflação.

"Pretendo receber propostas, claro, e não só da transição. Vou ouvir técnicos do Tesouro, a academia, os economistas em quem confio", disse.

Nos últimos meses, já foram divulgadas ao menos três propostas de nova regra fiscal, uma do Tesouro, outra do secretário da Fazenda do estado de São Paulo, Felipe Salto, e colaboradores e uma terceira dos economistas e colunistas da Folha Armínio Fraga e Marcos Mendes.

TRABALHO ESCRAVO

Direito de mulheres a folga quinzenal aos domingos chega ao STF

Nos Dez Mandamentos (o texto bíblico, não a novela da TV Record), a ordem é "guardar os domingos", mas no mercado de trabalho, a lei é outra: nem sempre se podem escolher os dias "guardados" ao descanso.

Previsto pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), principal compêndio regulatório das relações de trabalho, o trabalho aos domingos virou regra em shoppings, supermercados e zonas comerciais de grandes cidades, já que o dia é relevante para o consumo, embora a legislação recomende que a folga semanal coincida com esse dia.

Para as mulheres, porém, o decreto-lei de 1943 define o direito ao revezamento quinzenal: ao menos um domingo a cada duas semanas deve ser um dia de folga. Mas na prática não é bem assim.

Nos últimos anos, dezenas de ações judiciais chegaram ao Judiciário trabalhista discutindo a aplicação do artigo 386 da CLT e os possíveis conflitos com a lei 10.101/2000, que liberou o trabalho aos domingos no comércio.

Somente o Sindicato dos Comerciários de Florianópolis iniciou 42 processos contra grandes redes de varejo e supermercados, desde 2016, para cobrar o cumprimento da chamada escala 1 por 1 -um fim de semana de trabalho seguido de um fim de semana de folga. A praxe em Santa Catarina, segundo o diretor da Federação dos Trabalhadores no Comércio em Santa Catarina, Ivo Castanheira, é a escala 2 por 1 (uma folga a cada dois domingos trabalhados). Em alguns municípios, diz, os empregados estão sem acordo coletivo há cerca de quatro anos pois as empresas não aceitam prever o revezamento obrigatório para mulheres.

Agora, um desses casos começou a ser decidido pelo Supremo Tribunal Federal e é visto por advogados como um precedente importante, apesar de não ter repercussão geral (classificação que garante a aplicação da decisão a todos os processos que discutam o assunto), Em outubro, numa decisão monocrática (quando apenas um ministro decide), a ministra do Supremo Cármen Lúcia determinou que as lojas Riachuelo têm de respeitar a folga quinzenal de suas funcionárias, no julgamento de um recurso extraordinário apresentado pela rede.

A Riachuelo tenta reverter decisão da Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do TST (Tribunal Superior do Trabalho), em ação iniciada pelo Sindicato dos Comerciários de São José (SC), que pede a folga para as comerciárias.

Após a decisão de Cármen Lúcia, o caso começou a ser julgado em plenário virtual, no qual o ministro Alexandre de Moraes seguiu o voto da ministra. O ministro Luiz Fux pediu vista, pausando a análise do caso. Mas a decisão monocrática de Cármen Lúcia já foi suficiente para desencadear novas ações, diz a advogada Meilliane Pinheiro Vilar Lima, do LBS Advogados. Sindicatos de comerciários do Espírito Santo também foram à Justiça do Trabalho contra oito redes, a maioria com lojas em shoppings, onde o trabalho aos domingos é mais disseminado.

No TST, outra ação do sindicato catarinense, essa contra as lojas Renner, também foi julgada favorável aos trabalhadores e deve subir também para o STF, já que houve recurso extraordinário também neste caso.

Meilliane Lima, que representou o sindicato no TST, considera que a decisão do STF poderá ser usada em quaisquer atividades com trabalho aos domingos. Para a advogada, o revezamento quinzenal não pode ser negociado em acordos e convenções coletivas por ser um direito indisponível (aqueles sobre os quais não há negociação, como o direito à vida, à liberdade, à saúde etc).

Em São Paulo, por exemplo, diversas convenções coletivas preveem que as lojas possam decidir o tipo de revezamento a ser aplicado. O acordo vigente prevê três possibilidades: o sistema 1 por 1, o 2 por 1 (uma folga a cada dois domingos de trabalho) e o 2 por 2 (dois de trabalho seguido por dois de folga).

IBGE

Inflação fica abaixo das projeções em novembro, mas avança 0,41%

LEONARDO VIECELI/FOLHAPRESS

Puxado pela carestia dos combustíveis e dos alimentos, o índice oficial de inflação do Brasil teve alta de 0,41% em novembro, informou nesta sexta-feira o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

É o segundo avanço consecutivo do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O indicador, contudo, desacelerou ante outubro, quando havia subido 0,59%.

A variação de 0,41% é a menor para meses de novembro desde 2018 (-0,21%). O novo resultado ficou abaixo das projeções do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam uma alta de 0,53%.

O IPCA também desacelerou no acumulado de 12 meses. A alta passou para 5,90% até novembro. É a menor taxa desde fevereiro de 2021 (5,2%). O avanço era de 6,47% até outubro de 2022.

Segundo Pedro Kislanov, gerente da pesquisa do IBGE, o ritmo menor em novembro pode ser associado em parte a promoções da Black Friday.

Sinal disso é que o índice de difusão desacelerou de 68% em outubro para 59% no mês passado. É o menor nível desde agosto de 2020.

O índice de difusão mede o percentual de subitens que subiram em determinado mês, em relação ao total pesquisado (377).

"Isso (Black Friday) pode ter contribuído para uma inflação menos espalhada", disse Kislanov.

O pesquisador lembrou que a data costuma gerar descontos no varejo sobre produtos como aparelhos eletrônicos, eletrodomésticos e de higiene pessoal.

ALTAS

Dos 9 grupos de bens e serviços que compõem o IPCA, 7 ainda tiveram alta em novembro. Os maiores impactos vieram do segmento de transportes, que subiu 0,83%, e de alimentação e bebidas, que avançou 0,53%.

O primeiro acelerou frente a outubro (0,58%), enquanto o segundo variou menos do que no mês anterior (0,72%).

Transportes e alimentação e bebidas tiveram impactos de 0,17 ponto percentual e de 0,12 ponto percentual, respectivamente, no IPCA de novembro. Os dois grupos responderam por cerca de 71% do índice.

A maior variação veio de vestuário (1,10%). O grupo ficou acima de 1% pelo quarto mês consecutivo, em um cenário de custos elevados de produção e retomada da demanda por roupas após as restrições na pandemia.

A alta de 0,83% dos transportes foi provocada, principalmente, pelo aumento dos combustíveis (3,29%), que haviam recuado 1,27% em outubro.

Os preços do etanol (7,57%), da gasolina (2,99%) e do óleo diesel (0,11%) subiram em novembro. A exceção foi o gás veicular, com queda de 1,77%.

A gasolina exerceu o maior impacto individual no IPCA do mês. O peso foi de 0,14 ponto percentual.

Kislanov lembrou que o preço do combustível permaneceu inalterado nas refinarias da Petrobras em novembro. Porém, houve uma pressão do etanol, que faz parte da composição da gasolina vendida nos postos, indicou o pesquisador.

"Por que a gasolina subiu? Porque o preço do etanol tem subido bastante. O etanol tem sido afetado pela entressafra de cana-de-açúcar. E, como o preço do açúcar está alto, os produtores vêm preferindo produzir açúcar em vez de etanol", disse Kislanov.

Nesta semana, a Petrobras anunciou um corte de 6,1% para a gasolina, que tende a impactar o IPCA de dezembro.

No grupo alimentação e bebidas, a alta de 0,53% foi puxada em novembro pelos alimentos para consumo no domicílio (0,58%). As maiores variações vieram da cebola (23,02%) e do tomate (15,71%), cujos preços já haviam subido em outubro (9,31% e 17,63%).

O avanço dos dois produtos reflete restrições de oferta, conforme Kislanov. Em novembro, também houve alta nos preços das frutas (2,91%) e do arroz (1,46%).

O destaque no lado das quedas foi o leite longa vida (-7,09%), assim como já havia ocorrido em meses anteriores. O leite, apesar do alívio, ainda subiu 27,41% em 12 meses.

Entre os grupos pesquisados pelo IBGE, a maior queda de preços em novembro veio de artigos de residência (-0,68%).

Nesse ramo, houve baixa de produtos como aparelhos eletrônicos (-1,42%) e móveis e utensílios (-0,23%), que costumam aparecer nas promoções da Black Friday. Comunicação (-0,14%) foi o outro grupo em queda em novembro.

BENEFÍCIO

Ministério diz que governo pagará Vale-gás de R$ 112,00 em dezembro

LUIZ PAULO SOUZA/FOLHAPRESS

O Ministério da Cidadania informou nesta sexta-feira que o Vale-gás pago no mês de dezembro será de R$ 112, mesmo valor pago em outubro, quando os beneficiários receberam pela última vez. O benefício bimestral é depositado junto com o Auxílio Brasil e começa a ser pago nesta segunda-feira.

Segundo o ministério, 5,95 milhões de famílias serão contempladas com o benefício neste mês, o que equivale a um investimento de R$ 667,2 milhões. O número de famílias beneficiadas diminuiu desde outubro, quando chegou a 5,98 milhões de famílias.

O Vale-gás é pago desde dezembro de 2021, quando o valor era de R$ 51. O benefício é definido de acordo com a média do preço do botijão de 13 kg nos seis meses anteriores. O levantamento é feito pela ANP (Agência Nacional de Gás, Petróleo e Biocombustíveis).

QUEM RECEBE?

Podem receber o Vale-gás famílias inscritas no CadÚnico (Cadastro Único do governo federal) com renda familiar per capita menor ou igual a meio salário mínimo (R$ 606 neste ano). O valor recebido pelo Auxílio Brasil não é considerado no cálculo.

O programa também contempla famílias que tenham beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada) em sua composição. Mulheres chefes de família têm prioridade para receber o benefício, assim como mulheres vítimas de violência.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial
Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo
São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899
Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 33º 18º 5% 05:13 18:45 **PRIMAVERA:** Sol com poucas nuvens. Não chove..

REAGINDO AO GOLPISMO

Lula: Forças Armadas não foram feitas para fazer política

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), disse nesta sexta-feira que as Forças Armadas não foram feitas para fazer política, e anunciou o seu futuro ministro, José Múcio Monteiro. Este, por sua vez, falou em apaziguamento, harmonia e troca de comando "mais tradicional possível".

A declaração é em referência aos quatro anos de crise e politização das Forças Armadas sob o governo de Jair Bolsonaro (PL), que explorou seu histórico na caserna eleitoralmente e incluiu nos diversos níveis de sua gestão nomes egressos das forças.

Lula afirmou que as Forças Armadas têm um papel importante e constitucional. "Elas têm que cuidar da soberania nacional, têm que defender o povo brasileiro de possíveis e eventuais inimigos externos e é para isso", disse.

"As Forças Armadas não foram feitas para fazer política. Não foi feita para ter candidato. Quem quiser ter candidato, se aposente e seja candidato", continuou. "Mas as pessoas da ativa das Forças Armadas têm uma missão nobre que é cuidar da segurança de 215 milhões de brasileiros, de cuidar das nossas fronteiras, e de cuidar, eu diria, da nossa soberania."

Lula disse ainda que Múcio "dará conta do recado". "E tenho certeza que as Forças Armadas irão cumprir aquilo que é a missão principal deles: cuidar da segurança desse país".

Ex-ministro do TCU (Tribunal de Contas da União), Múcio é visto com bons olhos tanto por bolsonaristas, quanto por integrantes das Forças Armadas e aliados de Lula.

Depois do anúncio, o futuro ministro da Defesa falou em apaziguamento, e defendeu que a transição nas Forças Armadas ocorra da forma mais tradicional possível e sem invenção, com objetivo de apaziguar o país.

"Vamos conversar para que tudo seja tranquilo, como se fosse uma passagem de comando, uma mudança de guarda. Tem que apaziguar. Esse é o papel principal, a harmonia entre as Forças", disse Múcio ao deixar o CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), sede do governo de transição.

"Os nomes estão sendo indicados ao presidente (Lula) da forma mais tradicional possível da história das Forças Armadas. Invenção de ninguém", argumentou. "Não há injunção política. É a regra que a Aeronáutica gosta, que a Marinha gosta e que o Exército gosta."

Ele afirmou ainda que vai procurar na próxima semana os nomes que pensa para comandar Exército, Marinha e Aeronáutica e que também ainda vai conversar com os atuais comandantes de cada força.

"Devo conversar com o ministro da Defesa, quer dizer, solicitei para conversar segunda-feira. Tem uma transição facílima, é quem está com quem vai. É como se fosse uma passagem de comando", complementou. "Tem que ser uma coisa que, quanto mais pacífica, mais fácil para quem está saindo e mais fácil para quem está chegando."

Múcio disse ainda que conversa sempre com o presidente Jair Bolsonaro. "Quando ele perdeu as eleições, eu fui lá cumprimentá-lo. Não há o menor problema. Democracia, a gente tem que respeitar os contrários, não precisa ser inimigo. Pode ser adversário. Eles sabem em quem eu votei."

PANFLETAGEM

Eduardo Suplicy tem contas de campanha reprovadas pelo TRE

O deputado estadual eleito Eduardo Suplicy (PT) teve suas contas de campanha eleitoral de 2022 desaprovadas por unanimidade pelo TRE-SP (Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo).

Em seu voto, o relator do processo, desembargador Silmar Fernandes, apontou irregularidades na contratação de uma empresa de panfletagem, paga com recursos do fundo eleitoral.

Segundo Fernandes, essa empresa contratou cinco equipes de cinco pessoas cada para a prestação do serviço, mas os contratos de trabalho individuais desses trabalhadores não foram apresentados. A prática viola uma exigência da legislação eleitoral na prestação de contas de campanha.

Também foi verificada uma diferença entre o valor contratado, que foi de R$ 35 mil, e a soma dos valores firmados entre a empresa e as equipes de trabalho, de R$ 17,5 mil, segundo as informações prestadas pela campanha de Suplicy.

Além disso, o desembargador ainda destacou uma incongruência nos dias de trabalho contratados e os efetivamente trabalhados.

Como as irregularidades atingem mais de 10% das despesas contratadas, o TRE-SP determinou o recolhimento de R$ 36,2 mil ao Tesouro Nacional. Ainda cabe recurso.

Nesse contexto, considerando que as irregularidades atingem mais de 10% das despesas contratadas, é de rigor a desaprovação das contas, na medida em que esta Corte tem jurisprudência firmada no sentido de aplicar os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade para aprovar as contas com ressalvas somente quando o conjunto de falhas não supera 5% da movimentação financeira. Silmar Fernandes, desembargador do TRE-SP

Apesar da desaprovação das contas, o julgamento não impede que a diplomação de Suplicy seja realizada — o deputado estadual eleito recebeu 807.015 votos nas eleições.

EDUCAÇÃO

Com verba liberada, Capes volta a pagar bolsas de pós-graduação

SAMUEL FERNANDES/FOLHAPRESS

O pagamento de bolsas da pós-graduação já foi realizado pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Os repasses estavam congelados por conta de um contingenciamento no orçamento do MEC (Ministério da Educação), pasta a qual o órgão está vinculado.

A informação foi divulgada pela ANPG (Associação Nacional de Pós-Graduandos) nesta sexta-feira e confirmada à reportagem pela Capes.

Mesmo com os pagamentos finalizados, os bolsistas ainda não têm acesso ao valor. A expectativa é que correntistas do Banco do Brasil contarão com os valores nesta segunda-feira. Para aqueles com contas em outros bancos, a bolsa deve estar disponível até esta terça-feira.

O pagamento de mais de 200 mil bolsas de pós-graduação da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) está paralisado devido ao congelamento de verba do MEC (Ministério da Educação) aprovado há uma semana pelo Ministério da Economia.

Segundo nota do órgão, responsável pelo fomento, regulação e avaliação da pós-graduação brasileira, a autorização para desembolsos financeiros durante o mês de dezembro foi zerada, o que retirou a "capacidade de desembolso de todo e qualquer valor -ainda que previamente empenhado e liquidado".

O congelamento impactou milhares de pesquisadores brasileiros. Universidades também sofreram por não ter recursos para arcar com despesas como bolsas de assistência estudantil. A situação fez com que atos ocorressem em diversas cidades brasileiras em protesto contra a situação.

Nesta quinta (9), o ministro da Educação, Victor Godoy, divulgou que a pasta conseguiu a liberação de R$ 460 milhões para o pagamento de despesas da educação, incluindo R$ 160 milhões utilizados para o pagamento das bolsas da Capes.

A coordenação também conseguiu um orçamento de R$ 50 milhões para arcar com bolsas dos programas de formação de professores da educação básica.

Além disso, R$ 300 milhões foram destinados para outros gastos do MEC. Dirigentes de universidades, por exemplo, já indicam que receberam repasses para custear com as bolsas de assistência estudantil para alunos vulneráveis.

PGR

Lindôra não vê crime de Damares no caso de aborto de menina do ES

A PGR (Procuradoria Geral da República) arquivou uma investigação contra a senadora eleita pelo Distrito Federal, Damares Alves (Republicanos).

A ação era por uma suposta atuação dela, quando ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, para impedir uma criança de dez anos de realizar um aborto legal após ter sofrido um estupro.

Em novembro de 2020, o procurador-geral, Augusto Aras, havia aberto uma investigação preliminar para apurar o caso ocorrido no Espírito Santo.

Dois anos depois, com Damares tendo deixado o cargo para disputar a eleição, a vice-procuradora-geral Lindôra Araújo encerrou o caso, pois segundo ela, o foro responsável agora seria outro.

Segundo ela, "não se vislumbra nenhum tipo de atuação da representada que possa configurar, em âmbito penal, violação 'da lei dos deveres funcionais'". Ou seja, que os supostos crimes não diziam mais respeito à PGR porque Damares não tinha mais foro especial por prerrogativa de função, conhecido como "foro privilegiado".

Como também, segundo Lindôra, não havia provas facilmente detectáveis contra Damares, não seria função do órgão dar sequência às investigações.

À época, a então ministra dos Direitos Humanos, Damares Alves, afirmou que a menina que foi estuprada pelo tio dos seis aos dez anos de idade, no Espirito Santo, deveria ter levado a gravidez adiante e feito uma cesárea.

A menina capixaba viveu uma saga para conseguir realizar o aborto legal e precisou ser levada para Recife, no Cisam (Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros), após o procedimento ter sido negado pelo Hospital Universitário de Vitória. O aborto no Brasil é permitido em três situações: estupro, risco de vida para a mãe e anencefalia do feto. A garota se encaixava nos dois primeiros casos.

Para a ministra, o correto seria aguardar duas semanas e antecipar o parto.

O aborto na menina foi realizado em Recife pelo Dr. Olímpio Moraes Filho, após autorização do juiz Antonio Moreira Fernandes, da Vara de Infância e da Juventude de São Mateus. O caso levou militantes antiaborto a protestarem na frente do hospital onde o procedimento foi feito com o objetivo de tentar impedir a interrupção da gestação. Em resposta, grupos favoráveis à decisão da menina e dos médicos, argumentavam que levar adiante a gravidez de uma criança vítima de estupro seria uma tortura.

GOVERNO BOLSONARO

Desmatamento já atinge a pior marca desde 2016

Independentemente do que acontecer com o desmatamento em dezembro na Amazônia, o último ano do governo Jair Bolsonaro (PL) será o mais destrutivo da história recente do bioma.

Os dados do Deter, programa do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) destinado ao auxílio às atividades de fiscalização ambiental, apontam mais de 10 mil km² de floresta derrubada - ou sob alerta de desmatamento, como se costuma falar no caso do Deter- em 2022. Nessa conta, novembro contribuiu com 554,6 km², segundo maior número para o mês, com um aumento de 122% de destruição em relação a novembro do ano passado (que teve 249,49 km² de desmate).

O recorde para o mês é de 2019 (com 562,8 km² de mata derrubada), primeiro ano do governo Bolsonaro. Os anos Bolsonaro dominam, com ampla margem, o ranking de derrubada de floresta do histórico recente do Deter, a partir de agosto de 2015 -o sistema teve início antes, mas a partir desse ano houve uma atualização dos sensores, o que inviabiliza comparações apropriadas. Depois de 2022, a maior derrubada da série histórica recente foi registrada no primeiro ano sob Bolsonaro, 2019, com mais de 9,1 mil km² de floresta ao chão. Em seguida, vem 2020, com mais de 8,4 mil km².

O recorde de 2022 está recheado de recordes mensais. Dos 11 meses do ano já totalmente computados, 6 tiveram desmatamentos recordes para os meses em questão. E vários deles tomaram o recorde de outros anos do governo Bolsonaro. Além disso, cinco meses tiveram registro de mais de 1.000 km² de floresta derrubada. Para ter ideia do que significa esse número, é possível compará-lo ao tamanho do município de São Paulo, que tem pouco mais de 1.500 km².

Praticamente todos os recordes de desmatamento mensal na Amazônia estão nos quatro anos sob Bolsonaro. A única exceção - pelo menos até o momento- é dezembro, um mês que, costumeiramente, tem taxas mais tímidas de desmate. O recordista, nesse caso, é dezembro de 2017, sob o governo Michel Teme.

ZONA OESTE

Ruas de SP estão alagadas há 20 dias

FRANCISCO LIMA NETO/FOLHAPRESS

Duas ruas do bairro Água Branca, na zona oeste da capital paulista, ficam alagadas mesmo quando não há chuva. De acordo com trabalhadores e moradores da região, as vias estão tomadas pela água há pelo menos 20 dias e o problema seria recorrente.

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal das Subprefeituras e da Subprefeitura Lapa, disse que foi identificada uma obstrução na rede de drenagem ocasionada por uma obra em andamento da linha 6-laranja do metrô, de responsabilidade da concessionária Acciona, impedindo o escoamento da água acumulada no local. "A companhia foi notificada pela Subprefeitura para que tome as providências necessárias para a desobstrução da rede de drenagem", afirmou.

A concessionária responsável pela obra, no entanto, disse não ser responsável pela situação. "Não temos evidências de que as obras da linha 6-laranja de metrô de São Paulo contribuam para os alagamentos provocados pelas recentes chuvas registradas na região. Informamos também que as escavações da Estação Santa Marina, em Água Branca, já foram concluídas. Além disso, no local, historicamente, acontecem inundações em períodos de altos índices pluviométricos", afirmou via assessoria de imprensa.

A Subprefeitura Lapa disse que flagrou nesta sexta-feira outra situação que pode ter contribuído para o alagamento. "Betoneiras usadas na construção dos prédios lavam os veículos na via. O resto de concreto acumulado pode ter participação na obstrução da passagem da água", declarou.

Toda a rua Carlos Spera está alagada até a esquina com a Atanásio da Mota. O alagamento também atinge boa parte da rua Vladimir Herzog, tomando um quarteirão no entorno de uma obra de construção de um condomínio residencial. Trabalhadores e moradores da região dizem que o problema é antigo.

O empresário Leonardo Penacino mora praticamente em frente ao trecho e diz que, independente da intensidade, toda vez que chove as vias ficam submersas.

"Isso acontece desde que eu vim morar aqui, há três anos. Sem chuva demora vários dias para escoar essa água, e se chover daqui uns três dias, por exemplo, essa água que já está aí não vai escoar. Vai continuar alagado", conta.

Ele diz ter visto caminhão verificando possíveis entupimentos apenas um dia desta semana.

"Um grupo de moradores aqui do meu prédio está fazendo uma mobilização para chamar a prefeitura para ver isso porque já faz um tempo. A gente achou que com essa obra dos prédios novos aqui na frente, eles iam mexer, mas não vi nenhuma mudança", diz Penacino. "Essas ruas são importantes porque dão acesso à entrada e à saída do bairro. Quando ficam alagadas atrapalha demais", relata o empresário.

Leandro Alves Siqueira, almoxarife, também relata falta de intervenções no local.

"Já faz uns 20 dias que está tudo alagado. Estava normal, mas conforme começou a chover todo dia, a água não escoou e mesmo sem chuva continua assim. Devem ser as bocas de lobo entupidas. Não vi ninguém trabalhando nisso. Na hora do almoço a gente fica sentado aqui fora e não vê ninguém trabalhando", relata.

Silvio Mendes, que também trabalha na região, reclama de descaso. "A situação é sempre essa. Isso é um descaso, está abandonado. Queria que dessem um jeito porque é um perigo de ter dengue. Atrapalha muito o trânsito. Quando passam os caminhões faz aquela onda e traz tudo para cá e junto vem aquele mau cheiro. Não está fácil", lamenta.

A reportagem flagrou vários motoristas e motociclistas parando e dando volta no quarteirão ao perceberem as vias alagadas. Alguns veículos mais altos conseguem atravessar os alagamentos, mas a maioria dos condutores desiste. Nesses pontos os pedestres não têm condições de atravessar.

A gestão municipal disse que uma força-tarefa foi formada entre a Subprefeitura e a SMSUB para identificar a obstrução e realizar o escoamento da água acumulada, com a utilização de equipamento de drenagem, bombas e caminhões mais potentes.

PRIMAVERA: Sol com poucas nuvens. Não chove.. Manhã Tarde Noite 33º 19º 5% 05:01 18:32

Arnaldo Niskier

Membro da Academia Brasileira de Letras, Doutor Honoris Causa da Unirio e Professor de História e Filosofia da Educação

O Sucesso do canal Futura

Criado em 1997, no Rio, numa cerimônia a que compareci, o Canal Futura, da Rede Globo, tem tido uma trajetória de êxitos indiscutíveis.

Fez 25 anos e o seu diretor João Alegria nos disse que o canal tem tido cerca de 30 milhões de espectadores regulares, o que é um fato notável, como contribuição para a formação de professores e alunos. Com o seu trabalho, compensou de certa forma o período trágico da pandemia, em que houve graves danos à educação do país.

Deve-se a existência do Canal Futura à Fundação Roberto Marinho, que teve a habilidade de reunir entidades privadas, inclusive vários bancos, para investir na educação pública, financiando os seus mais de 1,4 milhão de professores e gestores, na sua atividade em favor da educação básica e empreendedora. Um dos pontos altos desse empenho é o seu zelo pela diversidade, que está sempre presente na sua programação, que é nacional, ou seja, percorre todo o território brasileiro.

Como acontece com o programa "Identidade Brasil", que apresentamos há mais de cinco anos, a veiculação é via TV e web, em notáveis parcerias com secretarias de educação e universidades, com o uso de kits pedagógicos hoje indispensáveis. A verdade é que isso tornou possível a valorização do ensino à distância, que hoje tem mais alunos do que o ensino presencial, o que é um fenômeno da educação brasileira.

A preocupação hoje em dia é a valorização dos conteúdos, a fim de que se alcance a necessária qualidade. E o Canal Futura trabalha igualmente pela cultura brasileira, com os seus programas muito bem selecionados. A negritude é muito prestigiada e também se ressalta o papel da mulher em nossa sociedade, como é natural que aconteça. Outro aspecto que registro, na audiência do canal especializado, é a valorização da educação, em todos os seus níveis. Na verdade, como se afirma nos meios especializados, educação e cultura são irmãs siamesas. Uma não pode viver sem a outra. A direção do Canal Futura compreendeu isso e pratica essa simbiose. Ganham com isso os seus milhões de espectadores.

CONCESSÃO DE LICENÇA

Condomínio Blue Vision Residence Service, CNPJ nº.09.561.914/0001-04, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC, através do processo nº.14/200.383/2008, a concessão de sua Licença Municipal de Operação nº 2022/03150 para Estação de Tratamento de Esgoto sito em Rua Cesar Lattes, nº260, Barra da Tijuca CEP:22793-329.

UNIMED-RIO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A
CNPJ/ME Nº 12.501.467/0001-02 - NIRE 33.3.0029497-0
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

O Presidente do Conselho de Administração da Unimed-Rio Participações e Investimentos S/A ("Companhia"), na forma do art. 123 da Lei 6.404/76 e do §1º do art. 21 do Estatuto Social da Companhia, convoca os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 16 de dezembro de 2022, às 10:30 horas, em primeira convocação, às 10:45 horas, em segunda convocação, e às 11:00 horas, em terceira e última convocação, na filial da acionista majoritária, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, nº 2500, Office III, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro para deliberarem sobre as seguintes matérias: (i) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. O acionista, seu representante legal ou procurador deverá observar as disposições previstas no art. 126 da Lei 6.404/76 e do § 3º do art. 21 do Estatuto Social da Companhia para participar da Assembleia Geral Extraordinária. Cumpre informar que todos os protocolos sanitários, bem como as medidas de distanciamento social, referentes a pandemia do COVID-19, serão cumpridos na realização do conclave.

Carlos Jose Bichara Junior
Presidente do Conselho de Administração da Unimed-Rio Participações e Investimentos S/A

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 22/12/2022 às 09h10/2º Público Leilão: 23/12/2022 às 15h00

ALEXANDRE TRAVASSOS, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 951, com escritório à Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105 - 4º. Andar - Brooklin Paulista, São Paulo - SP, 04571-010 - Edifício Berrini One, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA,** inscrita no CNPJ sob nº 25.005.683/0001-09, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do instrumento particular de contrato de empréstimo e pacto adjeto de alienação fiduciária em garantia de bem imóvel com emissão de cédula de credito imobiliário - CCI, serie 2021 - número 6238, firmado em 29/06/2021, o seguinte imóvel em lote único: Sala 925 do Edifício na Avenida Rio Branco, nº 156, na Freguesia de São José e a fração de 313/1.000.000 do terreno que mede 62,77m de frente pela Avenida Rio Branco; 43,00m pelo largo da Carioca, 82,36m pela Rua josé; e 78,09m pela testada da Rua Bittencourt da Sila. Matrícula nº 15577 - 2-AE do 7º Cartório de Oficial de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro/RJ. Cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº 0.349.637-9 - CL062349. **1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 154.069,73 (cento e cinquenta e quatro mil e sessenta e nove reais e setenta e três centavos). 2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R$ 96.440,47 (noventa e seis mil e quatrocentos e quarenta reais e quarenta e sete centavos).** O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, e com todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. **O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** Fica a **Devedora/Fiduciante Ana Lucia Gomes Cartier,** carteira de identidade nº 15.634 CRP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 927.352.317-04, intimada das datas dos leilões pelo presente edital. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através da Loja SOLD LEILÕES (www.sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net).

Informações.: (11) 3296-7555 - Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105 - 4º Andar-Brooklin Paulista, São Paulo - SP

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628
publicidade@diariodoacionista.com.br

RELATÓRIO

Unesco alerta para mau uso da Justiça em ataques à liberdade de expressão

Um relatório da Unesco faz um alerta sobre o mau uso do sistema judicial como ferramenta de ataque à liberdade de expressão, movimento em âmbito global que afeta principalmente jornalistas. Muitas vezes embasada em definições jurídicas imprecisas, esse tipo de ação tem efeito que os autores do estudo descrevem como inibidor.

O direito internacional preconiza que sanções criminais no campo da expressão devem ser aplicados como último recurso, mas as conclusões da Unesco apontam para uma onda global de ações judiciais com jornalistas como alvo principal -em geral, de maneira desproporcional e em resposta à produção de conteúdo crítica a atores e instituições públicas.

Entre as principais acusações criminais a profissionais de imprensa está a difamação, definida no documento como "declaração falsa que, injustamente, cause dano à reputação de pessoa física ou jurídica". A tipificação varia de um país a outro, mas "continua a ser usada para intimidar e suprimir a (liberdade de) expressão em todas as regiões, junto com danos civis desproporcionais e litígios vexatórios, entre outros desafios", diz a Unesco.

O propósito de proteger reputações dos efeitos de uma declaração falsa é legítimo, mas quando transformado em lei pode violar valores previstos em convenções internacionais amplamente reconhecidas, como a Declaração Universal de Direitos Humanos e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, e defendidos por entidades multilaterais, como a própria ONU, OCDE e OEA.

Em nível regional, o relatório da Unesco cita casos de judicialização da expressão na Europa, na África e nas Américas. O exemplo mais recente é o de dois jornalistas da Costa Rica - Ronald Moya Chacón e Freddy Parrales Chaves- processados em âmbito civil e criminal em decorrência de uma reportagem de 2005 que denunciava lideranças policiais por facilitação do tráfico de bebidas alcoólicas. Em setembro deste ano, a Corte Internacional de Direitos Humanos pediu a anulação da condenação e concluiu que a Justiça costa-riquenha impôs medidas intimidatórias a ambos.

O relatório da Unesco cita ainda o levantamento anual do Comitê para Proteção de Jornalistas (CPJ), que contabilizou 294 jornalistas presos. As acusações variam, mas entre as principais tipificações está a difamação. A cifra inclui um caso do Brasil, relativo à prisão de Paulo Cezar de Andrade Prado, fundador do Blog do Paulinho.

Os autores também chamam a atenção para a prática do que no Brasil se convencionou chamar de assédio judicial. Inclui, por exemplo, a abertura de ações que, mesmo sem objetivo real de vencer a disputa, cumprem função de intimidar e silenciar acusados. Há casos em que ações múltiplas com o mesmo fim são movidas em diferentes cortes, provocando uma espécie de cerceamento ao alvo do processo, agravado pelo custo financeiro das defesas e até pelo deslocamento geográfico impraticável para atender a todas as convocações da Justiça.

Embora não seja citado diretamente pela Unesco, o Brasil tem casos emblemáticos nesse sentido, como o da repórter Elvira Lobato, que, devido a uma reportagem sobre os braços empresariais da Igreja Universal do Reino de Deus, publicada em 2008 na Folha, foi alvo de mais de cem ações judiciais em pequenas cidades pelo país -os processos, todos vencidos pelo jornal, foram movidos por fiéis e não contestavam a veracidade de nenhuma informação, mas alegavam danos morais por supostos ataques à fé.

Mais recentemente, em 2020, o escritor João Paulo Cuenca foi processado por dezenas de pastores da mesma denominação depois de uma publicação no Twitter.

A Unesco faz ainda uma recomendação para que haja um olhar mais atento a questões de gênero, em especial o fato de que mulheres jornalistas são alvos mais frequentes de ataques que extrapolam a atuação profissional e buscam atingi-las em âmbito pessoal. Exemplos recentes desse fenômeno incluem a repórter especial da Folha Patrícia Campos Mello e Vera Magalhães, apresentadora da TV Cultura e colunista do jornal O Globo.

EUA

Senadora muda de partido e ameaça maioria democrata

THIAGO AMÂNCIO/FOLHAPRESS

Uma senadora americana anunciou nesta sexta-feira que está deixando o Partido Democrata e que agora será independente, ou seja, não será ligada a nenhuma legenda, em uma reviravolta que pode ameaçar a maioria absoluta que o grupo do presidente Joe Biden conquistou nas midterms.

Kyrsten Sinema, 46, senadora pelo Arizona, no sudoeste do país, mais ligada ao centro, anunciou a mudança na mesma semana em que os democratas venceram a eleição na Geórgia, o que garantiria 51 assentos no Senado a partir do ano que vem, um a mais do que têm hoje.

Com um voto a mais, a expectativa era de que o partido tivesse maior agilidade para passar projetos da agenda de Biden, sem que uma ou outra dissidência atrapalhasse a aprovação de pautas, como ocorreu uma série de vezes com o senador Joe Manchin, o mais conservador da legenda.

Já existem dois senadores independentes no Senado americano, Bernie Sanders (Vermont) e Angus King (Maine), mas, de tendências progressistas, ambos votam com os democratas e até participam regularmente de um fórum semanal do partido, o que os faz serem contados no balaio da legenda.

Acontece que Sinema não disse se seguirá a mesma linha e votará sempre com os democratas, abrindo um mar de dúvidas sobre como será o Senado no ano que vem. Em entrevista ao portal americano Politico, ela afirmou, por outro lado, que não se alinhará automaticamente aos republicanos e que manterá a linha ideológica dos últimos quatro anos. Ela votou pelo impeachment do ex-presidente Donald Trump bem como pela liberação de auxílio durante a pandemia da Covid-19 e em pautas climáticas.

Próxima tanto de parlamentares republicanos quanto de democratas, ela teve papel considerado crucial em projetos bipartidários como o aumento do controle de armas ou a aprovação do casamento gay, na última semana.

A Casa Branca reagiu rapidamente. Em nota na manhã desta sexta, a secretária de imprensa Karine Jean-Pierre afirmou que a senadora foi "uma parceira chave em legislações históricas" do governo, que entende que a mudança "não vai afetar a nova maioria democrata no Senado" e que tem "todos os motivos para esperar continuar a trabalhar de modo bem sucedido com ela."

A decisão foi anunciada primeiro em artigo publicano pela senadora no jornal local Arizona Republic, em que condenou a exaltação de ânimos da política partidária do país. "Quando políticos estão mais focados em impedir a vitória de um partido da oposição do que em melhorar as vidas dos americanos, quem perde são os americanos comuns", escreveu.

"Nenhum dos partidos demonstrou muita tolerância com a diversidade de pensamento. Acordos bipartidários são visto como um último recurso raramente aceitável, em vez de como a melhor maneira de alcançar um progresso duradouro. A vingança contra o partido de oposição substituiu a legislação cuidadosa."

Em entrevista à CNN, afirmou que nunca tentou se encaixar "exatamente na caixinha de nenhum partido". "Retirar meu nome de uma estrutura partidária não é só honesto com quem sou e com a forma como trabalho, acho que passará uma imagem de pertencimento para muita gente pelo estado e pelo país que também está cansado de partidarismo."

Sinema começou a carreira política no Partido Verde, defendendo pautas progressistas, sobretudo os direitos da comunidade LGBTQIA+. Era filiada ao Partido Democrata desde 2004 e foi eleita pela primeira vez em 2012 para a Câmara dos Representantes. Depois de três mandatos como deputada (que nos EUA são de apenas dois anos), Sinema foi eleita em 2018 senadora pelo Arizona, para um mandato de 6 anos.

Isso significa que ela deve disputar novamente a eleição daqui a dois anos, em 2024, desta vez sem o peso do Partido Democrata. Desde os anos 1970, o estado só escolheu um democrata para ocupar a Presidência em duas ocasiões: na segunda eleição de Bill Clinton, em 1996, e na eleição de Biden, em 2020. Nas eleições legislativas do mês passado, porém, o estado reelegeu um senador democrata, Mark Kelly, e uma governadora do mesmo partido, Katie Hobbs –esta com margem apertada, de 0,3% dos votos.

A última vez que um senador trocou de lado foi em 2009, quando Arlen Specter, da Pensilvânia, deixou o Partido Republicano, que o elegia desde 1980, e foi para o Partido Democrata. Em 2006, outro senador havia feito o mesmo movimento de Sinema agora. Joe Lieberman, de Connecticut, deixou o Partido Democrata e se registrou como independente.

TIROTEIO

Justiça manda reaplicar Enem a estudantes do Jacarezinho

VINÍCIUS LISBOA/ABRASIL

Prejudicados por trocas de tiros em um dos dias do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), os candidatos moradores do Jacarezinho, na zona norte do Rio de Janeiro, terão direito à reaplicação da prova, segundo decisão liminar da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Também poderão refazer o teste aqueles que estavam inscritos em locais de prova em um raio de 5 quilômetros da comunidade.

A decisão atendeu a uma ação civil pública apresentada pela Defensoria Pública da União (DPU) no último dia 2. A DPU afirma que recebeu informações de que diversos candidatos inscritos, que deveriam fazer o exame no Jacarezinho e região, não compareceram aos locais de prova por causa de tiroteios e ações policiais.

"O clima era de pânico, havendo inclusive pessoas baleadas. Os relatos indicavam prejuízos de candidatos que sequer conseguiram sair de suas residências e de outros que ficaram abalados nas salas de prova, ouvindo os disparos dos confrontos", afirma a defensoria.

Em 21 de novembro, a DPU já havia enviado um ofício ao Inep e diz ter recebido como resposta que não houve "qualquer tipo de ocorrência na comunidade do Jacarezinho que viesse a comprometer a aplicação das provas". Segundo a DPU, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) disse ainda que todos os participantes que se sentissem prejudicados teriam até 25 de novembro para acessar o site e pleitear a reaplicação das provas.

No dia seguinte ao exame, o ministro da Educação, Victor Godoy, afirmou, em entrevista coletiva, que os casos dos moradores do Jacarezinho seriam analisados e que o ministério faria todo o possível para que não fossem prejudicados e fossem encaminhados para a reaplicação.

O juiz federal Eugênio Rosa de Araújo entendeu, em sua decisão, que a operação policial realizada no fim de semana do Enem, "andou na contramão dos direitos fundamentais dos participantes do exame".

BLOQUEIO

Cremerj pede verba para pagar médicos residentes

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj) enviou ofício ao Ministério da Educação (MEC), na quinta-feira passada, reivindicando a garantia do pagamento dos salários dos médicos residentes.

No texto, o Cremerj expressa preocupação com as recentes notícias divulgadas pela imprensa de que as bolsas de cerca de 14 mil médicos residentes, que atuam em hospitais universitários da rede federal, poderiam ser suspensas. O documento chama atenção para o risco de que tais interrupções podem atingir médicos contratados e demais profissionais de saúde, o que poderia intensificar os transtornos na assistência da população. O ofício pede à pasta resposta e providências para a situação. De acordo com o MEC as remunerações referentes a dezembro – as que devem ser efetivadas no início de janeiro de 2023 – seriam prejudicadas em razão dos bloqueios orçamentários